



Transmissora  
Serra da Mantiqueira S.A.

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

**TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A.**

31 de dezembro de 2022

Com Relatório do auditor independente

## **TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.**

### Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Balanço patrimonial .....	4
Demonstrações do resultado .....	5
Demonstrações do resultado abrangente .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas da  
**TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 28 de fevereiro de 2023, com opinião sem modificação.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O



Eduardo Wellichen  
Sócio  
Contador - CRC-SP184050/O

## TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

CNPJ: 28.008.699/0001-55

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
		<b>70.134</b>	<b>98.433</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	98	3.103
Investimentos de curto prazo	4	36.506	5.783
Concessionárias e permissionárias	5	20.293	3.199
Impostos a recuperar		2.703	2.602
Adiantamento a fornecedores	6	10.015	80.624
Outros ativos		519	3.122
<b>Ativo Não Circulante</b>			
		<b>905.116</b>	<b>926.736</b>
Títulos e valores imobiliários	4	2.641	-
Imobilizado	7.1	901.115	925.707
Intangível	7.3	1.360	1.029
<b>Total do Ativo</b>			
		<b>975.250</b>	<b>1.025.169</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
		<b>53.480</b>	<b>191.387</b>
Salários, férias e encargos sociais		1.166	5.353
Fornecedores		2.616	20.990
Debêntures	8.1	(2)	40
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	7.616	2.067
Provisões pré-operacionais	10	28.092	162.895
Adiantamento de clientes		738	-
Dividendos a pagar	13.2	12.947	-
Outros passivos		307	42
<b>Passivo Não Circulante</b>			
		<b>696.038</b>	<b>780.010</b>
Debêntures	8.1	676.803	636.863
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	143.147
Provisões pré-operacionais	10	13.495	-
Adiantamento de clientes		5.322	-
Outros passivos		418	-
<b>Patrimônio Líquido</b>			
		<b>225.732</b>	<b>53.772</b>
Capital social	14.1	222.145	37.632
Reservas de lucros	14.2	243.388	217.371
Prejuízos acumulados		(239.801)	(201.231)
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>			
		<b>975.250</b>	<b>1.025.169</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

CNPJ: 28.008.699/0001-55

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	15	139.994	3.199
<b>Tributos</b>			
Programa de Integração Social - PIS	15	(2.310)	(53)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15	(10.640)	(243)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15	(501)	(11)
Ministério de minas e energia - MME	15	(250)	(6)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	15	(501)	(11)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	15	(559)	(13)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>15</b>	<b>125.233</b>	<b>2.862</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	16	(7.239)	-
Material		(74)	(18)
Serviços de Terceiros		(2.276)	(77)
Arrendamento e Aluguéis		(1.380)	-
Seguros		(132)	-
Tributos		(478)	-
Doações, contribuições e subvenções		(196)	(67)
Depreciação	7.1	(24.280)	-
Outras receitas operacionais	17	429	22.509
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>89.607</b>	<b>25.209</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras	18	(71.834)	(2.034)
Receitas Financeiras	18	2.245	7
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>20.018</b>	<b>23.182</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(4.075)	(6.817)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.943</b>	<b>16.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.**

CNPJ: 28.008.699/0001-55

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	15.943	16.365
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	-	-
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>15.943</b>	<b>16.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

CNPJ: 28.008.699/0001-55

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total	
	Capital Social	Reserva Legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados (*)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>37.632</b>	<b>6.582</b>	<b>5.140</b>	<b>103.946</b>	<b>16.084</b>	<b>(131.977)</b>	<b>37.407</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.365	<b>16.365</b>
Destinação do resultado do exercício:							
Reserva Legal	-	944	-	-	-	(944)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	84.675	-	(84.675)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>37.632</b>	<b>7.526</b>	<b>5.140</b>	<b>188.621</b>	<b>16.084</b>	<b>(201.231)</b>	<b>53.772</b>
Aumento de Capital	184.513	-	-	-	-	-	<b>184.513</b>
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	(5.140)	-	-	-	<b>(5.140)</b>
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	-	-	(10.409)	-	<b>(10.409)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.943	<b>15.943</b>
Destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	2.726	-	-	-	(2.726)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.947)	<b>(12.947)</b>
Reserva de lucros	-	-	-	-	271	(271)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	38.569	-	(38.569)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>222.145</b>	<b>10.252</b>	<b>-</b>	<b>227.190</b>	<b>5.946</b>	<b>(239.801)</b>	<b>225.732</b>

(\*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 21. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

CNPJ: 28.008.699/0001-55

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		15.943	16.365
<b>Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Depreciação	7.1	24.280	-
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	18	71.200	2.027
Receita de aplicações financeiras		(2.145)	(4)
Descontos financeiros obtidos	18	(7)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	19	4.075	6.817
		<b>113.346</b>	<b>25.205</b>
<b>Redução (aumento) no ativo</b>			
Concessionárias e permissionárias		(17.094)	(3.199)
Rendimento de aplicações financeiras		-	(716)
Impostos a recuperar		(101)	(8.210)
Adiantamentos a fornecedores		70.609	(80.624)
Outros ativos		2.603	(3.040)
		<b>56.017</b>	<b>(95.789)</b>
<b>(Redução) aumento no passivo</b>			
Fornecedores		(18.367)	11.193
Salários, férias e encargos sociais		(4.187)	(2.197)
Tributos e contribuições sociais a recolher		2.401	(706)
Juros e variações monetárias		-	88.227
Provisões pré-operacionais		(121.308)	162.895
Adiantamento de clientes		6.060	-
Outros passivos		653	42
		<b>(134.748)</b>	<b>259.454</b>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(927)	-
		<b>33.688</b>	<b>188.870</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates de títulos e valores mobiliários		128.900	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(131.324)	-
Resgates de investimento de curto prazo		115.735	263.322
Aplicações em investimento de curto prazo		(144.530)	(114.435)
Aquisição de ativo imobilizado	7.1	(18)	(477.623)
Aquisição de ativo intangível		-	(238)
		<b>(31.237)</b>	<b>(328.974)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	14.1	41.366	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	143.147
Pagamento de dividendos	13.2	(15.550)	-
Amortização e pagamento de juros de debêntures		(31.272)	-
		<b>(5.456)</b>	<b>143.147</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>			
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(3.005)</b>	<b>3.043</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício		3.103	60
Saldo no final do exercício		98	3.103
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(3.005)</b>	<b>3.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A. (a “Companhia” ou “TSM”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
037/2017	30	2047	R\$ 134.072	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2022-2023, conforme resolução homologatória nº 3.067.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu o Termo de Liberação Definitivo – TLD, o qual autorizou o recebimento de receita e o início da operação comercial a partir do dia 23 de dezembro de 2021, antecipando em aproximadamente 8 meses sua energização prevista para agosto de 2022.

## 1. Setor Elétrico no Brasil – Continuação

---

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

### 1.1 Impactos do COVID-19

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

---

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis, em acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis para fins regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias - Continuação**

---

desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa 21, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de abril de 2023.

### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

---

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1. Imobilizado e Intangível

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**VNR (Valor Novo de Reposição):** A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

### 3.2. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação

---

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

### i. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

### 3.3. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### 3.4. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis regulatórias.

**3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias - Continuação****3.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e,

**3.6. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes**

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

A Companhia avaliará se o órgão regulador adotará os novos pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC e conseqüentemente os impactos nas duas demonstrações regulatórias.

**4. Caixa e equivalentes de caixa, Investimentos de curto prazo e Títulos e valores mobiliários**

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2022	2021
	Saldo Total	Saldo Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>39.245</b>	<b>8.886</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo</b>	<b>36.604</b>	<b>8.886</b>
Caixa e equivalentes de caixa	98	3.103
Investimentos de curto prazo	36.506	5.783
<b>Não circulante</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>2.641</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários	2.641	-

As aplicações financeiras, classificadas como investimentos de curto prazo, têm característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa, Investimentos de curto prazo e Títulos e valores mobiliários - Continuação

As aplicações financeiras, classificadas como títulos e valores mobiliários, possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

#### 5. Concessionárias e permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					TOTAL 2022	TOTAL 2021
	CORRENTE	CORRENTE VENCIDA					
	A vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	19.366	44	773	110	-	20.293	3.199
<b>TOTAL</b>	<b>19.366</b>	<b>44</b>	<b>773</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>20.293</b>	<b>3.199</b>

	2022	2021
<b>Circulante</b>	<b>20.293</b>	<b>3.199</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

#### 6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais da construção do empreendimento, no valor de R\$ 10.015 (R\$ 80.624 em 31 de dezembro de 2021).

## 7. Imobilizado e intangível

### 7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>	-	-	<b>924.802</b>	<b>575</b>	<b>925.377</b>	<b>925.377</b>	<b>(24.278)</b>	<b>901.099</b>	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	19.539	4.828	24.367	24.367	(788)	23.579	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	905.263	(4.253)	901.010	901.010	(23.490)	877.520	-
<b>Administração</b>	-	<b>18</b>	-	-	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>(2)</b>	<b>16</b>	-
Máquinas e Equipamentos	-	18	-	-	18	18	(2)	16	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>18</b>	<b>924.802</b>	<b>575</b>	<b>925.395</b>	<b>925.395</b>	<b>(24.280)</b>	<b>901.115</b>	-

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>	<b>738.020</b>	-	<b>(744.801)</b>	<b>6.781</b>	-	<b>(738.020)</b>	-	-	<b>738.020</b>
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	17.227	-	(17.227)	-	-	(17.227)	-	-	17.227
Máquinas e Equipamentos	6.894	-	(6.894)	-	-	(6.894)	-	-	6.894
Móveis e Utensílios	5	-	(5)	-	-	(5)	-	-	5
A ratear	709.814	-	(716.956)	7.142	-	(709.814)	-	-	709.814
Desenvolvimento de Projetos	979	-	(979)	-	-	(979)	-	-	979
Depósitos Judiciais	3.101	-	(2.740)	(361)	-	(3.101)	-	-	3.101
<b>Administração</b>	<b>187.687</b>	-	<b>(180.001)</b>	<b>(7.686)</b>	-	<b>(187.687)</b>	-	-	<b>187.687</b>
Máquinas e Equipamentos	2	-	(2)	-	-	(2)	-	-	2
Móveis e Utensílios	121	-	(121)	-	-	(121)	-	-	121
A ratear	187.564	-	(179.878)	(7.686)	-	(187.564)	-	-	187.564
<b>Subtotal</b>	<b>925.707</b>	-	<b>(924.802)</b>	<b>(905)</b>	-	<b>(925.707)</b>	-	-	<b>925.707</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>925.707</b>	<b>18</b>	-	<b>(330)</b>	<b>925.395</b>	<b>(312)</b>	<b>(24.280)</b>	<b>901.115</b>	<b>925.707</b>

### 7.2. A composição das adições do imobilizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado R\$ Mil	Máquinas e Equipamentos	Total das adições
<b>Administração</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
Máquinas e Equipamentos	18	18
<b>Subtotal</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>18</b>	<b>18</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 7. Imobilizado e intangível - Continuação

### 7.3. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Transferências (A)	Reclassificação (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>	-	<b>1.029</b>	<b>331</b>	<b>1.360</b>	<b>1.029</b>	<b>1.360</b>	-
Servidões	-	1.029	331	1.360	1.029	1.360	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>1.029</b>	<b>331</b>	<b>1.360</b>	<b>1.029</b>	<b>1.360</b>	-

  

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2021	Transferências (A)	Reclassificação (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>	<b>572</b>	<b>(572)</b>	-	-	<b>(572)</b>	-	<b>572</b>
Servidões	456	(456)	-	-	(456)	-	456
Softwares	116	(116)	-	-	(116)	-	116
<b>Administração</b>	<b>457</b>	<b>(457)</b>	-	-	<b>(457)</b>	-	<b>457</b>
Softwares	457	(457)	-	-	(457)	-	457
<b>Subtotal</b>	<b>1.029</b>	<b>(1.029)</b>	-	-	<b>(1.029)</b>	-	<b>1.029</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.029</b>	-	<b>331</b>	<b>1.360</b>	-	<b>1.360</b>	<b>1.029</b>

### 7.4. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Transmissão</b>		<b>925.376</b>	<b>(24.278)</b>	<b>901.098</b>	-
Custo Histórico	2,86%	925.376	(24.278)	901.098	-
<b>Administração</b>		<b>19</b>	<b>(2)</b>	<b>17</b>	-
Custo Histórico	16,67%	19	(2)	17	-
		<b>925.395</b>	<b>(24.280)</b>	<b>901.115</b>	-
<b>Em Curso</b>					
Transmissão	-	-	-	-	738.020
Administração	-	-	-	-	187.687
		-	-	-	<b>925.707</b>
		<b>925.395</b>	<b>(24.280)</b>	<b>901.115</b>	<b>925.707</b>

**7. Imobilizado e intangível - Continuação****7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:**

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**7.6. As principais adições do imobilizado em serviço são as seguintes:**

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	CABO CONDUTOR 500KV ALUMINIO - LIGA NU 998,7 KCMIL MONOFASICO	297.671
2.	CABO OPGW 13,6MM 36FO	26.079
3.	CONJUNTO DE ANCORAGEM DUPLA 2 X 210 KN (AD-21)	16.008
4.	PAREDE CORTA-FOGO	15.784
5.	CABO CONTRAPESO DE AÇO GALVANIZADO 3/8" SM	9.678
6.	REATOR DE BARRA 500KV 207,85A MONOFASICO	9.253
7.	REATOR DE BARRA 500KV 207,85A MONOFASICO	9.253
8.	REATOR DE BARRA 500KV 207,85A MONOFASICO	9.253
9.	REATOR DE BARRA 500KV 207,85A MONOFASICO	9.253
10.	REATOR DE BARRA 500KV 207,85A MONOFASICO	9.253

## TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)



### 8. Debêntures

#### 8.1 Abertura do endividamento é composto da seguinte forma:

2022					
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Custo a amortizar Curto Prazo	Custo a amortizar Longo Prazo	Principal Longo Prazo	Saldo Total
1ª Emissão de Debêntures	1.357	(1.359)	(28.534)	705.337	676.801

2021					
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Custo a amortizar Curto Prazo	Custo a amortizar Longo Prazo	Principal Longo Prazo	Saldo Total
1ª Emissão de Debêntures	1.399	(1.359)	(29.892)	666.755	636.903

2022											
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
1ª Emissão de Debêntures	Sim	dez-19	Recebíveis	IPCA	4,50%	15/06/23	Semestral	15/06/25	15/12/44	Semestral	SAC

2021											
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
1ª Emissão de Debêntures	Sim	dez-19	Recebíveis	IPCA	4,50%	15/06/22	Semestral	15/06/25	15/12/44	Semestral	SAC

2022							
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização do Saldo de Longo Prazo						
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+	Total
1ª Emissão de Debêntures	2.035	16.989	17.919	18.519	18.850	602.491	<b>676.803</b>

2021							
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização do Saldo de Longo Prazo						
	2023	2024	2025	2026	2027	2027+	Total
1ª Emissão de Debêntures	5.468	5.468	18.626	19.445	19.973	567.883	<b>636.863</b>

## 8. Debêntures - Continuação

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi R\$ 530.000 debentures, totalizando R\$ 530.000.000,00, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional e o liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. As debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 25 anos contados da data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2044, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e as Hipóteses de Resgate antecipadamente e aquisição facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis regulatórias. Em 31 de dezembro de 2022, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

### 8.2 Composição do endividamento e dívida líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Custo a amortizar Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Custo a amortizar Longo Prazo	Principal Longo Prazo	Total 2022	Total 2021
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>1.357</b>	<b>(1.359)</b>	<b>-</b>	<b>(28.534)</b>	<b>705.337</b>	<b>676.801</b>	<b>636.903</b>
Debêntures - 1ª Emissão	1.357	(1.359)	-	(28.534)	705.337	676.801	636.903
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.604)</b>	<b>-</b>	<b>(2.641)</b>	<b>(39.245)</b>	<b>(8.886)</b>
Alta Liquidez	-	-	(98)	-	-	(98)	(3.103)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(36.506)	-	(2.641)	(39.147)	(5.783)
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>1.357</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(36.604)</b>	<b>(28.534)</b>	<b>702.696</b>	<b>637.556</b>	<b>628.017</b>

## 9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	2022	2021
<b>Tributos e contribuições sociais a recolher</b>	<b>7.616</b>	<b>2.067</b>
Imposto de Renda/Contribuição Social	4.078	74
PIS/Cofins	3.536	318
Outros	2	1.675

## 10. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídos pelo faturamento de fornecedores.

	2022	2021
<b>Provisões pré-operacionais</b>	<b>41.587</b>	<b>162.895</b>
Provisões pré-operacionais (circulante)	28.092	162.895
Provisões pré-operacionais (não circulante)	13.495	-

## 11. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui R\$ 0 em aberto referente à adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC (R\$ 143.147 em 31 de dezembro de 2021).

## 12. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

**(A) PERDA PROVÁVEL:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com classificação provável de perda.

**(B) PERDA POSSÍVEL:** embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

## 12. Provisões para contingências - Continuação

---

- (i) **Demandas Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 06 (seis) processos judiciais e administrativos de natureza cível, com valor em risco de R\$ 6.372. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 05 (cinco) processos judiciais de natureza cível classificados com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 5.625.
- **Ação Ordinária nº 1000514-55.2020.8.26.0059**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a Vara Única de Bananal/SP. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.260 (R\$ 2.909 em 31 de dezembro de 2021).
  - **Ação Ordinária nº 0011253-44.2020.8.19.0045**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Resende/RJ. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.994 (R\$ 2.672 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) **Demandas Trabalhistas:** A Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco de R\$ 30. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 02 processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 29.

## 13. Partes Relacionadas

---

### 13.1. Remuneração da alta Administração

A Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$ 735 (R\$ 596 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

### 13.2. Dividendos

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia, através de assembleia geral ordinária e extraordinária, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros a realizar no montante total de R\$ 15.550. Pago em outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 12.947 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

## 14. Patrimônio líquido

### 14.1. Capital social

Em 17 de março de 2022 a Companhia deliberou e aprovou o aumento do capital social, no valor de R\$ 184.513 mediante a emissão de 184.512.936 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, subscritas e integralizadas da seguinte forma:

(i) R\$ 63.288 subscrito pela acionista Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Perfin”), correspondentes 63.287.936 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de R\$ 36.647 referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs, constituídos no exercício de 2021 e o aporte de R\$ 26.641 em janeiro de 2022; e

(ii) R\$ 121.225 subscrito pela acionista Alupar Investimentos S.A. (“Alupar”), correspondentes a 121.225.00 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de R\$ 106.500 referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs, constituídos no exercício de 2021 e o aporte de R\$ 14.725 em janeiro de 2022. Com esse aumento de capital, houve um aumento na participação da Alupar na TSM de 51% para 63,21% e uma redução na participação da Perfin de 49% para 36,79%.

Em 28 de março de 2022 a controladora Alupar Investimento S.A., exerceu a opção de compra de parte das ações subscritas e integralizadas pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, correspondente a 2,49% das ações totais da empresa, desta forma, a Alupar aumentou sua participação de 63,21% para 65,70% e a Perfin reduziu sua participação de 36,79% para 34,30%.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 222.145 representado por 222.144.930 mil ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal (R\$ 37.632 de capital social subscrito composto por 37.631.994 mil ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2021).

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimento S/A	145.949.220	65,7%	19.192.317	51,0%
Perfin Apollo Energia FIP-IE	76.195.710	34,3%	18.439.677	49,0%
	<b>222.144.930</b>	<b>100%</b>	<b>37.631.994</b>	<b>100%</b>

**14. Patrimônio líquido - Continuação****14.2. Reservas de lucros**

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

<b>Reservas de lucros</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Reserva legal	10.252	7.526
Reserva especial para dividendos não distribuídos	-	5.140
Reserva de lucros a realizar	227.190	188.621
Reserva de lucros	5.946	16.084
	<b>243.388</b>	<b>217.371</b>

**Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido das demonstrações contábeis societárias do exercício, conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

**Reserva de lucros a realizar**

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos societários, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

**15. Receita operacional bruta e líquida**

<b>Receita Líquida</b>	<b>R\$ Mil</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>139.994</b>	<b>3.199</b>
Programa de Integração Social - PIS	(2.310)	(53)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(10.640)	(243)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(501)	(11)
Ministério de minas e energia - MME	(250)	(6)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(501)	(11)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(559)	(13)
<b>Total</b>	<b>125.233</b>	<b>2.862</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 15. Receita operacional bruta e líquida - Continuação

### Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 3.067, de 12 de julho de 2022, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por Revisão Tarifária a cada cinco anos e por Reajuste Tarifário anualmente. A primeira Revisão Tarifária ocorrerá em 01 de julho de 2023.

O Reajuste Tarifário anual do ciclo 2022-2023 resultou em recomposição positiva de 11,73%, referente a atualização pelo índice IPCA.

## 16. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Pessoal</b>	<b>6.628</b>	<b>-</b>
Remuneração	3.045	-
Encargos	1.318	-
Previdência privada	84	-
Serviços de terceiros	295	-
Seguros	35	-
Assistência médica e odontológica	551	-
Despesas rescisórias	202	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.079	-
Outros	19	-
<b>Administradores</b>	<b>611</b>	<b>-</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	399	-
Benefícios dos administradores	212	-
<b>Total</b>	<b>7.239</b>	<b>-</b>

## 17. Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	R\$ Mil	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outras Receitas</b>		
* Execução de garantia de Contrato	-	24.803
Venda de sucata	511	-
Programa de Integração Social - PIS	(15)	(409)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(67)	(1.885)
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>22.509</b>

\*Referente a execução da garantia e fiel cumprimento de contrato encerrado com empreiteira da linha de transmissão.

## 18. Receitas e despesas financeiras

Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.245</b>	<b>7</b>
(*) Receita de aplicações financeiras	2.036	4
Atualização monetária ativa	145	-
Descontos obtidos	7	-
Outros	57	3
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(71.834)</b>	<b>(2.034)</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(69.811)	(1.994)
Custos de captação de dívida amortizado	(1.359)	(33)
Fiança	(156)	-
Atualização monetária	(30)	-
Outros	(478)	(7)
<b>Total</b>	<b>(69.589)</b>	<b>(2.027)</b>

(\*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

## 19. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para Imposto de renda e Contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>20.018</b>	<b>23.182</b>
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal regulatório</b>	<b>6.806</b>	<b>7.882</b>
Efeitos fiscais sobre:		
Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	21.241	36.228
Adições/Exclusões societárias	(24.149)	(37.297)
Outros	231	4
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(28)	-
Incentivos fiscais	(26)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>4.075</b>	<b>6.817</b>

## 20. Demonstrações do Resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## 21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação

Ativo	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		98	-	98	3.103	-	3.103
Investimentos de curto prazo		36.506	-	36.506	5.783	-	5.783
Concessionárias e permissionárias		20.293	-	20.293	3.199	-	3.199
Impostos a recuperar		2.703	-	2.703	2.602	-	2.602
Adiantamento a fornecedores		10.015	-	10.015	80.624	-	80.624
Ativo contratual da concessão	21.2	-	120.246	120.246	-	110.530	110.530
Outros ativos		519	-	519	3.122	-	3.122
<b>Ativo Não Circulante</b>							
Títulos e valores imobiliários		2.641	-	2.641	-	-	-
Ativo contratual da concessão	21.2	-	1.280.898	1.280.898	-	1.248.451	1.248.451
Direito de uso sobre arrendamentos	21.2	-	909	909	-	501	501
Imobilizado	21.2	901.115	(901.115)	-	925.707	(925.707)	-
Intangível	21.2	1.360	(1.360)	-	1.029	(1.029)	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>975.250</b>	<b>499.578</b>	<b>1.474.828</b>	<b>1.025.169</b>	<b>432.746</b>	<b>1.457.915</b>

Passivo	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo Circulante</b>							
Salários, férias e encargos sociais		1.166	-	1.166	5.353	-	5.353
Fornecedores		2.616	-	2.616	20.990	-	20.990
Debêntures		(2)	-	(2)	40	-	40
Tributos e contribuições sociais a recolher		7.616	-	7.616	2.067	-	2.067
Provisões pré-operacionais		28.092	-	28.092	162.895	-	162.895
Arrendamentos a pagar	21.2	-	190	190	-	358	358
Adiantamento de clientes		738	-	738	-	-	-
Dividendos a pagar		12.947	-	12.947	-	-	-
Contribuições diferidas	21.2	-	11.123	11.123	-	10.224	10.224
Outros passivos		307	-	307	42	-	42
<b>Passivo Não Circulante</b>							
Debêntures		676.803	-	676.803	636.863	-	636.863
Encargos regulatórios		418	-	418	-	-	-
Provisões pré-operacionais		13.495	-	13.495	-	-	-
Arrendamentos a pagar	21.2	-	791	791	-	167	167
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	143.147	-	143.147
Adiantamento de clientes		5.322	-	5.322	-	-	-
Contribuições diferidas	21.2	-	118.483	118.483	-	115.480	115.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	-	129.190	129.190	-	105.286	105.286
<b>Total do Passivo</b>		<b>749.518</b>	<b>259.777</b>	<b>1.009.295</b>	<b>971.397</b>	<b>231.515</b>	<b>1.202.912</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		222.145	-	222.145	37.632	-	37.632
Reservas de Lucros		243.388	-	243.388	217.371	-	217.371
Prejuízos Acumulados		(239.801)	239.801	-	(201.231)	201.231	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>225.732</b>	<b>239.801</b>	<b>465.533</b>	<b>53.772</b>	<b>201.231</b>	<b>255.003</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>975.250</b>	<b>499.578</b>	<b>1.474.828</b>	<b>1.025.169</b>	<b>432.746</b>	<b>1.457.915</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação

Nota	31/12/2022			31/12/2021			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
<b>Receita / Ingresso</b>							
Disponibilização do Sistema de Transmissão	21.3	139.994	(139.994)	-	3.199	(3.199)	-
Receita de operação e manutenção	21.3	-	21.314	21.314	-	487	487
Receita de implantação de infraestrutura	21.3	-	-	-	-	374.273	374.273
Remuneração ativo contratual da concessão	21.3	-	160.842	160.842	-	272.451	272.451
<b>Tributos</b>							
Programa de Integração Social - PIS		(2.310)	-	(2.310)	(53)	-	(53)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		(10.640)	-	(10.640)	(243)	-	(243)
PIS e COFINS Diferido	21.3	-	(3.900)	(3.900)	-	(59.572)	(59.572)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(501)	-	(501)	(11)	-	(11)
Ministério de minas e energia - MME		(250)	-	(250)	(6)	-	(6)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		(501)	-	(501)	(11)	-	(11)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(559)	-	(559)	(13)	-	(13)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>125.233</b>	<b>38.262</b>	<b>163.495</b>	<b>2.862</b>	<b>584.440</b>	<b>587.302</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>125.233</b>	<b>38.262</b>	<b>163.495</b>	<b>2.862</b>	<b>584.440</b>	<b>587.302</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal e Administradores		(7.239)	-	(7.239)	-	-	-
Material	21.3	(74)	(19)	(93)	(18)	-	(18)
Serviços de Terceiros		(2.276)	-	(2.276)	(77)	-	(77)
Arrendamento e Aluguéis	21.3	(1.380)	310	(1.070)	-	396	396
Seguros		(132)	-	(132)	-	-	-
Tributos		(478)	-	(478)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções		(196)	-	(196)	(67)	-	(67)
Depreciação	21.3	(24.280)	24.032	(248)	-	(325)	(325)
Outras receitas operacionais		429	-	429	22.509	-	22.509
Custo de infraestrutura	21.3	-	-	-	-	(477.896)	(477.896)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>89.607</b>	<b>62.585</b>	<b>152.192</b>	<b>25.209</b>	<b>106.615</b>	<b>131.824</b>
<b>Resultado Financeiro</b>							
Despesas Financeiras	21.3	(71.834)	(111)	(71.945)	(2.034)	(63)	(2.097)
Receitas Financeiras		2.245	-	2.245	7	-	7
<b>Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>20.018</b>	<b>62.474</b>	<b>82.492</b>	<b>23.182</b>	<b>106.552</b>	<b>129.734</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.075)	-	(4.075)	(6.817)	-	(6.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.3	-	(23.904)	(23.904)	-	(37.298)	(37.298)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.943</b>	<b>38.570</b>	<b>54.513</b>	<b>16.365</b>	<b>69.254</b>	<b>85.619</b>

## **21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação**

---

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

### **21.1. Efeitos de contabilização**

#### **i. Efeitos de contabilização de contratos de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### **i. Imobilizado e Intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

#### **ii. Ativo contratual da concessão**

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de

## 21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação

---

desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 8,20% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos registradas na conta “Contribuições diferidas” no passivo.

### iii. Contribuições Diferidas

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso Pis e Cofins diferidos.

### iv. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e

## **21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação**

---

passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

### **v. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

#### **21.1.1 Efeitos de contabilização de Arrendamento**

##### **i. Arrendamentos**

CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

## 21. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstrações do resultado Regulatório e Societário - Continuação

### 21.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	465.533	255.003
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo contratual da concessão (CPC 47), Imobilizado e Intangível	(498.669)	(432.245)
Arrendamento (CPC 06)	72	24
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	258.796	230.990
<b>Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória</b>	<b>225.732</b>	<b>53.772</b>

### 21.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	54.513	85.619
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Receita bruta	(42.162)	(644.012)
Contribuições diferidas	3.900	59.572
Custos operacionais	19	-
Arrendamento (CPC 06)	(199)	(333)
Depreciação e Amortização	(24.032)	325
Custos de infraestrutura	-	477.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.904	37.298
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>15.943</b>	<b>16.365</b>

\* \* \*

---

Patrícia Nalini Sávio Ferreira  
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2